

CLIPPING DO DIA

CACD



clipping

clippingcacd.com.br

União Europeia

- [Reino Unido dificulta imigração no pós-Brexit](#)

Estados Unidos

- [Embargo de EUA contra Cuba prejudica empresas europeias](#)
- [EUA anunciam sanções a subsidiária da russa Rosneft por transações com Venezuela](#)

Oriente Médio

- [ONU alerta para o maior êxodo de civis sírios desde o início da guerra](#)

Irã e Questão Nuclear

- [Irã não entregará caixa-preta "danificada" de avião ucraniano, dizem ministros](#)

Ásia

- [Rússia proíbe entrada de cidadãos chineses em seu território para deter o coronavírus](#)

Línguas Estrangeiras

- [Preocupación por un experimento nuclear chino en pleno corazón de América Latina](#)
- [Texto indicado pela professora Gilda Gama: Macron veut lutter contre le « séparatisme islamiste », sans stigmatiser les musulmans](#)
- [Brexit deal 'a different ball game' to Canada agreement, warns EU](#)

Reino Unido dificulta imigração no pós-Brexit

DW.COM ,

O governo do Reino Unido anunciou nesta quarta-feira (19/02) que vai priorizar o ingresso de trabalhadores estrangeiros altamente qualificados e falantes do inglês no país e pôr um fim à dependência da "força de trabalho barata vinda da Europa".

O novo sistema deverá começar a funcionar em 1º de janeiro de 2021, quando, se tudo correr como o planejado, estará concluída a chamada fase de transição da saída do Reino Unido da União Europeia (UE).

O novo modelo de imigração prevê um sistema de pontos para os trabalhadores estrangeiros, não importa se vindos da União Europeia ou de outros locais. Somente aqueles que alcançarem a pontuação mínima receberão um visto de trabalho.

Entre os critérios considerados no sistema de pontuação estão conhecimentos de inglês, qualificação profissional, garantia de salário e também qual a profissão do candidato.

O ministra do Interior, Priti Patel, disse que a reforma – a maior na política migratória em 50 anos – vai facilitar a obtenção de vistos por trabalhadores altamente qualificados e dificultar o ingresso de pessoas de baixa qualificação profissional.

O Partido Trabalhista disse que alguns setores dependem tanto de trabalhadores estrangeiros que o governo se verá forçado a abrir muitas exceções, o que tornará a reforma insignificante.

As novas regras de imigração implicam uma mudança radical para o mercado de trabalho do Reino Unido e principalmente

para os setores que se apoiam fortemente nos trabalhadores vindos do Leste Europeu.

Em 2004, vários países do Leste Europeu ingressaram na União Europeia, e seus cidadãos passaram a ter o direito de trabalhar em qualquer país do bloco. Na época, vários países da UE optaram por um período transitório de controle imigratório, que ia até 2011. O Reino Unido optou por abrir imediatamente suas fronteiras e viu um grande ingresso de migrantes a procura de trabalho.

A imigração foi um dos principais temas durante a campanha eleitoral que antecedeu o referendo de 2016, no qual a população britânica optou pelo Brexit, ou seja, por deixar a UE. O governo do primeiro-ministro Boris Johnson, que apoiou o Brexit, já anunciou que pretende diminuir drasticamente os números de imigrantes e retomar o "controle total" sobre as fronteiras.

Setores que dependem da mão de obra estrangeira reagiram imediatamente e argumentaram que poderá faltar pessoal em clínicas, restaurantes, bares e nas lavouras. Isso, afirmam, poderá prejudicar duramente a quinta maior economia do mundo.

O setor de frutas e verduras, por exemplo, depende do trabalho de 80 mil pessoas vindas da União Europeia somente para as colheitas. O governo quer que apenas 10 mil venham para o trabalho sazonal.

A Confederação da Indústria Britânica disse que, em alguns setores, as empresas não saberão onde encontrar as pessoas de que necessitam.

A deputada liberal Christine Jardine afirmou que a reforma tem a xenofobia como base e que hoje muitos setores já não sabem onde encontrar trabalhadores.

Entre os setores que deverão ser mais afetados estão a indústria de alimentos, a assistência a idosos e doentes, a construção civil e o setor de hotéis, bares e restaurantes.

Empresas temem que faltarão também porteiros, seguranças e pessoal de limpeza.

O Migration Advisory Committee (MAC), um órgão independente que assessora o governo em questões de migração, estima que 70% das pessoas que foram da UE para o Reino Unido desde 2004 não teriam obtido um visto pelas novas regras.

A imigração da UE já está em queda no Reino Unido desde a vitória do grupo pró-Brexit no referendo. Estatísticas mostram que a "imigração líquida" (pessoas que chegaram menos as que partiram) é o menor desde 2009 e gira em torno de 200 mil por ano.

Como funciona o sistema de pontos

Pelo sistema, um trabalhador estrangeiro deverá alcançar no mínimo 70 pontos para se candidatar a um visto de trabalho no Reino Unido.

Os três critérios obrigatórios garantem 50 pontos: oferta de emprego por uma empresa autorizada (vale 20 pontos), comprovar qualificação adequada ao emprego oferecido (vale mais 20 pontos) e falar inglês no nível exigido pelo emprego (vale 10 pontos).

Um salário anual de no mínimo 23.040 libras vale mais 10 pontos. Se for acima de 25.600, vale 20 pontos.

Se o emprego oferecido for num setor onde há carência de mão de obra, o candidato soma mais 20 pontos. Um doutorado numa área relevante para o emprego desejado vale 10 pontos. Se for nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática, são 20 pontos.

Embargo de EUA contra Cuba prejudica empresas europeias

DW.COM , Andreas Knobloch

Desde que, em maio de 2019, o presidente americano, Donald Trump, renunciou à suspensão da chamada Lei Helms-Burton, a vida se tornou mais difícil para os empresários da Europa e de outras partes do mundo que fazem negócios com Cuba.

Ela permite ações jurídicas contra estrangeiros que usem propriedades confiscadas de cidadãos americanos durante a Revolução Cubana. O Capítulo 3º da lei, contudo, concede ao presidente autoridade para suspender as disposições legais, se for de interesse dos EUA e se promover a transição de Cuba para a democracia.

Entretanto, Trump considerou que as mudanças introduzidas pelo governo cubano são insuficientes e permitiu que expirasse a suspensão, antes concedida por seis governos americanos sucessivos. Uma primeira vítima famosa da decisão foi a companhia internacional de cruzeiros Carnival Cruise, processada sob a lei por violar o embargo dos EUA.

Agora, as medidas mais rígidas, incluindo pesadas ações de indenização e recusa de vistos para os EUA, estão ameaçando cada vez mais os empresários europeus, relata o enviado da União Europeia a Cuba, Albero Navarro, para quem é "ilegal o uso extraterritorial da sanção americana e uma violação do direito internacional".

Na opinião de Navarro, o Capítulo 3º da Helms-Burton pretende claramente promover os interesses egoístas de Washington. "O regulamento visa criar confusão no mundo dos negócios, forçar cada vez mais investidores a desistir e dizer: 'Não estou investindo em Cuba e, em vez disso, vou para Jamaica ou República Dominicana'. É uma clara tentativa dos EUA de matar a economia cubana."

Herança da Revolução

A UE criticou fortemente o Capítulo 3º, que permite a cidadãos americanos abrirem processo em tribunais dos EUA contra qualquer empresa estrangeira que use propriedades confiscadas em Cuba. Depois que Trump decidiu deixar a última suspensão expirar em 2019, foi iniciado um total de 20 ações judiciais, entre elas contra a rede espanhola de hotéis Meliá.

Na sequência da Revolução Cubana nos anos 1960, o governo comunista de Fidel Castro nacionalizou grandes empresas e propriedades anteriormente privadas. O Hotel San Carlos, no município de Cienfuegos, pertencente à família Mata, foi confiscado em 1962.

A família, que conseguiu fugir para os EUA, está agora processando uma série de empresas que usam o hotel de alguma forma, inclusive a atual operadora Meliá e outras 37 empresas, como os portais de reservas americanos Booking e Expedia, bem como a subsidiária alemã da Expedia, a Trivago. Várias empresas estatais cubanas também são alvo do processo.

Surpreendentemente, um tribunal federal dos EUA decidiu em janeiro que a rede Meliá e as outras empresas não americanas deveriam ser excluídas da ação coletiva – um ato deliberado da família Mata para acelerar os processos, concentrando-se nos réus americanos, explicou um advogado da família.

A decisão, porém, apenas complicou a situação, afirmam observadores, e o enviado da UE está intrigado com o que virá a seguir: "Até agora, não vimos uma única decisão judicial contra uma empresa europeia", explicou Navarro.

Deterioração das relações UE-EUA

A confusão sobre a política de sanções de Washington contra Cuba aumentou no início de fevereiro, quando a administração Trump decidiu implementar o Capítulo 4º da Lei Helms-Burton. Ele estipula que os EUA podem negar a entrada no país a

indivíduos que "se beneficiem" da expropriação de bens de cidadãos americanos em Cuba. Segundo o governo, a medida também inclui altos funcionários de empresas e suas famílias.

No processo "Mata versus Meliá", isso resultou numa situação verdadeiramente bizarra: embora a rede de hotéis espanhola tenha sido legalmente excluída da ação, seu vice-presidente e diretor-geral, Gabriel Escarrer Jaume, está enfrentando sanções abrangentes.

Em outubro de 2019, a administração Trump ordenou que ele se demitisse de seus cargos e vendesse sua participação na empresa num prazo de 45 dias. Caso contrário, os vistos dele e de sua família seriam revogados. Para evitar isso, ele poderia fazer um acordo de compensação com a família Mata.

"A carta foi enviada em outubro e está em vigor desde novembro", relata Navarro, e acrescenta, referindo-se à decisão do tribunal sobre a Meliá em janeiro de 2020: "Eu não entendo por que a decisão [contra Jaume] continua sendo aplicada."

Navarro admite que os EUA têm direito legítimo de decidir quem entra ou não no país. Ao mesmo tempo, ele insta a administração Trump a "revogar sua decisão contra uma empresa que não foi condenada e nem faz mais parte de um processo judicial".

Segundo o encarregado, atualmente a UE está usando seus canais diplomáticos para transmitir esse argumento ao governo americano. Nenhum caso semelhante relativo a empresas europeias está pendente em tribunais dos EUA, mas o da Meliá causaria enorme incerteza entre as empresas europeias que fazem negócios com Cuba, acrescenta.

E, de fato, o regime de sanções dos EUA contra Cuba desgasta progressivamente os nervos das empresas, que já sofrem com atrasos de pagamentos cubanos devido ao estrangulamento financeiro americano da ilha caribenha. Ainda assim, algumas empresas estão tentando superar as

dificuldades, afirmou Navarro, e as descreveu como "verdadeiros heróis".

Como reação à introdução da Lei Helms-Burton em 1996, a União Europeia estabeleceu um "estatuto de sanções" destinado a aliviar os efeitos da controversa lei. As empresas que sofrem prejuízos financeiros por sanções dos EUA podem processar a administração americana por danos nos tribunais europeus. Navarro observa, contudo, que a deterioração das relações bilaterais "ainda não havia atingido esse estado".

EUA anunciam sanções a subsidiária da russa Rosneft por transações com Venezuela

O Globo ,

Os Estados Unidos intensificaram nesta terça-feira as restrições financeiras à Venezuela, incluindo em sua lista negra uma subsidiária da Rosneft, estatal russa de petróleo, que Washington acusa de apoiar o governo de Nicolás Maduro e de burlar as sanções americanas.

“A Rosneft Trading S.A. e seu presidente intermedeiam a venda e o transporte de petróleo venezuelano”, disse o secretário do Tesouro, Steven Mnuchin, em comunicado. “Os Estados Unidos estão determinados a impedir o saque dos ativos de petróleo da Venezuela pelo regime corrupto de Maduro.”

Em entrevista coletiva, Elliott Abrams, enviado especial dos Estados Unidos para a Venezuela, afirmou que o governo americano aplicará ainda mais penalidades ao país sul-americano nas próximas semanas. Segundo, Abrams, os EUA vão conversar com dirigentes de terceiros países na expectativa de “convencer quem está apoiando e sustentando o regime a reduzir suas operações”.

— Sem dúvida, [haverá] mais conversas com autoridades espanholas e com a Repsol, e eu espero que, à medida que avançamos, algumas atividades da Repsol mudem, e o mesmo se aplica a outras empresas estrangeiras de petróleo na Venezuela — disse Abrams, referindo-se à companhia espanhola de petróleo que atua na Venezuela. — Os dois maiores compradores de petróleo venezuelano são a Índia e a China, nessa ordem. Manteremos conversas com os clientes para informá-los da política dos EUA em relação às exportações venezuelanas de petróleo.

Os Estados Unidos também emitiram uma licença geral que dá às empresas americanas um prazo de 90 dias para

encerrarem as transações com a Rosneft, de acordo com um aviso no site do Departamento do Tesouro. As sanções anunciadas nesta terça congelam quaisquer ativos da unidade da Rosneft Trading mantidos nos EUA e também punem Didier Casimiro, presidente da junta diretora da empresa, identificado como um "elemento chave para orientar o setor petroleiro venezuelano".

A Rússia condenou as sanções dos EUA, dizendo que elas representavam uma concorrência desleal e não a impediriam de continuar trabalhando com a Venezuela. O Ministério das Relações Exteriores russo disse que a medida prejudicaria ainda mais as abaladas relações entre Washington e Moscou e minaria o livre comércio global.

No ano passado, os Estados Unidos reconheceram o líder da oposição venezuelana Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela e começaram a aumentar as sanções e a pressão diplomática sobre o governo de Maduro.

'Papel cada vez mais central'

Segundo um alto funcionário do governo americano que preferiu não se identificar, a decisão de impor sanções à Rosneft Trading S.A. foi autorizada pelo presidente Donald Trump. No sábado, o secretário de Estado, Mike Pompeo, discutiu a questão com o seu homólogo russo, Sergei Lavrov, em meio à Conferência de Segurança de Munique, na Alemanha.

— Esta é uma reação ao crescente e cada vez mais central papel da Rosneft nos assuntos da Venezuela, particularmente no decorrer do ano passado — o alto funcionário disse a repórteres em uma teleconferência. — As ações de hoje são uma demonstração do compromisso do presidente para garantir que haja uma transição democrática na Venezuela.

Não ficou claro, no entanto, se a medida desta terça-feira reduzirá a receita de exportação que flui para o governo de Maduro, que continua a contar com o apoio de Moscou, num antagonismo remanescente da Guerra Fria.

A Rússia atuou como credor de última instância para a Venezuela, com o governo e a Rosneft fornecendo pelo menos US\$ 17 bilhões em empréstimos e linhas de crédito desde 2006, além de apoio diplomático.

A Rosneft é a maior empresa de petróleo do mundo em termos de produção cotada em bolsa. Através de unidades como a Rosneft Trading e a TNK Trading, a Rússia assumiu mais de um terço das exportações de petróleo da Venezuela no ano passado, de acordo com documentos da PDVSA e dados de rastreamento de navios. Com isso, as revende aos clientes finais, principalmente na Ásia. Dessa forma, tornou-se a maior intermediária do petróleo venezuelano em meio às sanções dos EUA.

As autoridades americanas disseram estar atentas à necessidade de agir com cautela ao atingir uma empresa tão grande e abrangente quanto a Rosneft, devido ao risco de causar danos não intencionais aos interesses americanos e de aliados.

ONU alerta para o maior êxodo de civis sírios desde o início da guerra

EL PAÍS , Juan Carlos Sanz

A ofensiva final do Governo de Damasco contra a província de Idlib, no noroeste, último reduto da oposição, está causando o maior êxodo de civis de uma guerra que está prestes a completar nove anos de hostilidades. Dois meses após o início dos ataques do Exército de Damasco coordenados com a aviação aliada da Rússia, mais de 900.000 pessoas, 80% mulheres e crianças, tiveram que deixar suas casas no meio do frio, da neve e da chuva desde o início dos combates, que custaram cerca de 300 vidas de não combatentes. A Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, denunciou na terça-feira os ataques “indiscriminados” e “desumanos” sofridos pela população no noroeste da Síria, e instou as partes a criar corredores humanitários.

O Escritório de Direitos Humanos das Nações Unidas confirmou a morte de pelo menos 298 civis nas regiões de Idlib e Aleppo desde 1º de janeiro —pelo menos cem deles nos primeiros 16 dias de fevereiro. A grande maioria dessas vítimas, 93%, corresponderia a ataques do Governo sírio e de seus aliados. Entre as vítimas mortais estão 112 crianças, segundo a ONG Observatório Sírio dos Direitos Humanos, que tem informantes no local.

O subsecretário-geral de Assuntos Humanitários da ONU, Mark Lowcock, denunciou, por sua vez, que bebês e crianças de tenra idade estão “morrendo por causa do frio” no meio de “uma onda de violência cega”. A ONG Save the Children está documentando vários desses casos. O deslocamento maciço de população acontece no meio da neve e das chuvas de inverno, que no Oriente Médio está mostrando este ano toda a sua crueza. O UNICEF teve de fechar os dois últimos hospitais em operação na região por causa dos combates.

“Famílias inteiras, algumas das quais cruzaram a Síria de um extremo ao outro na última década, veem tragicamente que as bombas fazem parte de suas vidas diárias”, lamentou Bachelet em um comunicado em que pergunta “como alguém pode justificar esse tipo de ataques indiscriminados e desumanos” contra a população civil.

A Rússia, que apoia o regime, e a Turquia, que apoia os rebeldes, estão tentando evitar um confronto direto entre as tropas de Ancara e as forças sírias na província rebelde. A Turquia enviou milhares de efetivos para a fronteira de Idlib na expectativa de que os refugiados se dirijam para o norte.

O escritório de Bachelet confirmou que pelo menos dez instalações médicas e 19 centros educacionais foram afetados direta ou indiretamente pelo conflito. Os ataques também chegaram aos campos improvisados para pessoas deslocadas internamente, o que reduz a possibilidade de estar a salvo em qualquer lugar da região. Bachelet disse em outras ocasiões que ataques diretos a esse tipo de lugar podem constituir crimes de guerra.

Um porta-voz de seu escritório, Rupert Colville, respondeu segunda-feira em Genebra sobre questionamentos de que a Síria e a Rússia estavam atacando deliberadamente civis e edifícios protegidos segundo o direito internacional. “A quantidade de ataques a hospitais, centros de saúde e escolas indicaria que não pode ser algo acidental”, alertou Colville, que apontou a suposta prática de crimes contra a humanidade na ofensiva desencadeada pelo regime do presidente Bashar Al-Assad.

“Os civis que fogem dos confrontos estão se acumulando em áreas sem abrigos seguros e se reduzem a cada hora que passa. E ainda assim continuam sob bombardeio. Não têm para onde ir”, disse a Alta Comissária das Nações Unidas, que teme que o saldo de vítimas só aumente se as partes em conflito não agirem.

Os civis “agora correm mais risco do que nunca, com poucas esperanças ou garantias de conseguir um retorno seguro e

voluntário às suas regiões de origem ou a outras de sua escolha”, acrescentou.

Bachelet pediu o fim imediato das hostilidades, bem como corredores humanitários para que os civis possam escapar com segurança das áreas em conflito e as organizações possam distribuir a ajuda. A esse respeito, alertou que colocar a população em risco implica um descumprimento do Direito Internacional Humanitário e dos Direitos Humanos.

A Alta Comissária ficou “alarmada” com o “fracasso da diplomacia”, que “deveria colocar a proteção dos civis acima de qualquer vitória política e militar”.

Irã não entregará caixa-preta "danificada" de avião ucraniano, dizem ministros

,

A caixa-preta de um avião de passageiros ucraniano abatido por engano sobre o Irã no mês passado está danificada, mas o Irã não a entregará a outro país, apesar de estar sendo pressionado a permitir tal acesso, disseram ministros iranianos de alto escalão nesta quarta-feira, de acordo com a mídia estatal.

Na semana passada, o primeiro-ministro do Canadá, Justin Trudeau, disse que “ênfatizou” ao ministro das Relações Exteriores iraniano, Mohammad Javad Zarif, que uma investigação completa e independente da derrubada do avião tem que ser realizada.

Muitas das 176 pessoas que morreram no desastre eram iranianas com dupla cidadania, o que não é reconhecido pelo Irã. O Canadá tinha 57 cidadãos a bordo.

“Temos direito de ler a caixa-preta nós mesmos. Temos direito de estar presentes em qualquer exame da caixa-preta”, disse Zarif.

“Caso se espere que daremos a caixa-preta a outros para que a leiam em nosso lugar, isso é algo que definitivamente não faremos.”

O ministro da Defesa, Amir Hatami, disse que a caixa com os registros de voo “sofreu danos evidentes, e se solicitou que a indústria de defesa ajude a reconstruí-la”.

“A reconstrução da caixa-preta deveria acontecer primeiro, e depois a leitura”.

Todos os 176 passageiros morreram quando a Guarda Revolucionária, a força militar mais poderosa do Irã, lançou mísseis contra o avião por confundir-lo com um alvo hostil.

O Irã está conversando com outros países, particularmente a Ucrânia, sobre a investigação, afirmou Zarif.

Rússia proíbe entrada de cidadãos chineses em seu território para deter o coronavírus

EL PAÍS , María R. Sahuquillo

O impacto no setor de turismo e educação na Rússia pode ser enorme, mas o Governo russo decidiu na terça-feira suspender a entrada de cidadãos chineses no país devido ao coronavírus. A decisão afeta viagens de negócios, estudos, turismo e trabalho. Ou seja, basicamente todas aquelas que não tenham um caráter especial ou diplomático. A Rússia já ordenou o fechamento das fronteiras terrestres com a China na tentativa de conter a epidemia de Covid-19, que matou 1.770 pessoas no país vizinho e infectou mais de 73.000 no mundo inteiro. O veto entra em vigor na próxima quinta-feira, 20 de fevereiro, e não afetará os viajantes em trânsito. Outros países impuseram restrições de viagem e de entrada, mas a decretada pela Rússia é por enquanto a medida mais rigorosa.

O Executivo russo justificou a decisão “devido à deterioração da situação epidemiológica na China e à chegada contínua de cidadãos” daquele país à Rússia, conforme explicou a vice-primeira-ministra Tatiana Golikova, responsável pelo dispositivo especial para estudar e conter o coronavírus. Ela não especificou quanto tempo durará a suspensão, assinada pelo primeiro-ministro Mikhail Mishustin. Somente que é “temporária”.

Em 2019, 2,3 milhões de cidadãos chineses entraram na Rússia, de acordo com dados do Serviço Federal de Fronteiras da Rússia. Destes, 1,5 milhão chegou para fazer turismo. Desde que o Ocidente impôs sanções à Rússia por anexar a península ucraniana da Crimeia, em 2014, Moscou deu uma guinada para a Ásia, apostando em negócios com o gigante asiático. O presidente russo, Vladimir Putin, e seu colega chinês, Xi Jinping, mantêm excelentes relações. Mas isso não impediu a Rússia –que ofereceu a Pequim seus especialistas e meios científicos para combater o vírus– de tomar uma

decisão drástica que, além disso, pode afetar sua economia, já prejudicada por sanções e pela queda no preço do petróleo.

No entanto, alguns especialistas russos correram para minimizar a gravidade da medida. Como a União Russa da Indústria de Viagens, que apontou que as viagens procedentes da China já tinham sido reduzidas devido à epidemia.

Entretanto, atualmente não há nenhum caso relatado de Covid-19 em território russo. Duas pessoas de nacionalidade chinesa, que foram detectadas nas regiões de Tyumen e Transbaikalia semanas atrás, já receberam alta. Contudo, cerca de vinte pessoas permanecem em quarentena em hospitais russos, alguns dos quais foram evacuados pelas autoridades russas desde a região de Hubei, o epicentro da epidemia. Outros chegaram por conta própria da China e foram ao hospital quando começaram a se sentir mal. Nenhum testou positivo ao vírus por enquanto.

A medida russa veio quando os números publicados pela Comissão Nacional de Saúde da China apontam para um cauteloso otimismo sobre a evolução da epidemia. Pela primeira vez, na terça-feira, os novos casos caíram de dois mil. O número de infectados fora da província de Hubei cai a cada dia de duas semanas para cá.

Um cálculo do The New York Times estima que, entre os habitantes da China (1,4 bilhão), pelo menos 750 milhões sofrem algum tipo de restrição à liberdade de circulação. Destes, 150 milhões só podem sair de casa com frequência limitada.

Enquanto isso, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, disse na terça-feira em uma entrevista coletiva que uma “crise global mais ampla” do novo coronavírus ainda pode ser evitada.

Além do fechamento de seus quase 4.300 quilômetros de fronteiras terrestres com a China (cerca de 16 postos fronteiriços, que permaneceram vigiados e com entradas

extremamente restritas), a Rússia reduziu o tráfego aéreo para o gigante asiático no mês passado. Apenas a empresa de bandeira russa Aeroflot e quatro companhias aéreas chinesas foram autorizadas a voar de e para a China. E todos os passageiros que chegam daquele país passam por um terminal específico no aeroporto Sheremetievo, em Moscou, onde escâneres de temperatura estão sendo usados.

Preocupación por un experimento nuclear chino en pleno corazón de América Latina

Infobae , Laureano Pérez Izquierdo

Podría calificarse como un experimento. Uno de alto riesgo. Y el primero de su tipo en América Latina. Es que nunca antes el reactor nuclear que el régimen de Beijing promete construir en Zárate, en la Provincia de Buenos Aires, entró en funcionamiento en otras latitudes. Ni siquiera en la lejana China, donde la empresa encargada de la obra aún no activó ninguno. De concretarse su construcción, la Argentina se convertiría en un laboratorio de pruebas.

La compañía encargada del monumental proyecto es China National Nuclear Corporation (CNNC), una de las más importantes del floreciente sector de aquella nación y bajo total control del Partido Comunista Chino (PCC). El germen del acuerdo se inició en 2013, en la era de Cristina Kirchner. En 2018 el ex presidente Mauricio Macri lo modificó para poder ejecutarlo. Eran tiempos en que la economía local aún no crujía. Poco después, la misma gestión argentina puso en stand by la decisión por la debacle financiera y social. No había forma de afrontar el costo de 8 mil millones de dólares que implicaría la obra, incluso a pesar de que el régimen se había comprometido a financiarlo en un 85 por ciento, a 20 años y con ocho de gracia. Tal es la generosidad oriental. Sin embargo, según supo Infobae, el plan sigue en pie.

“El punto central es que el reactor en cuestión -Hualong One- no está en funcionamiento en ningún lado, ni en China. Están todos en construcción”, remarca un experto en materia nuclear que prefiere el perfil bajo. En la actualidad hay seis de estas nunca probadas plantas en obra: dos en Guanxi y dos en Fuqing, en China y otras dos en Punjab, en Pakistán. La de Argentina comenzaría a tenderse este mismo año, pero su fecha de inicio y de finalización son una incógnita.

¿Por qué insistiría el actual Gobierno en un acuerdo de este tipo? Pese al freno temporario, desde la administración de Alberto Fernández admitieron a Infobae: “No hay nada descartado. Se está evaluando ese convenio” con el régimen chino. La actual gestión mantiene buenos lazos con Beijing. Es probable que lo mantengan. Desde la Casa Rosada señalaron que están “evaluando” diferentes propuestas en relación con Atucha III, aunque no aclararon cuáles. El Poder Ejecutivo espera algo mayor para mover sus fichas. En abril el cielo estará más despejado.

Pese al forzado hermetismo gubernamental, todo indicaría que la política de la anterior gestión continuará en este caso, tal como sucede con la Estación Espacial China de Neuquén, ratificada por el ministro de Ciencia y Tecnología, Roberto Salvarezza. En ese centro de observación, solo se permite personal chino: nadie sabe qué observan y escuchan con sus poderosas antenas y tecnología.

“A diferencia de nuestros reactores, el Hualong One o HPR1000 funciona con uranio enriquecido y agua liviana. Los nuestros son de uranio natural y agua pesada”, explicó Irma Argüello, directora ejecutiva de la Fundación de No Proliferación para la Seguridad Global y física experta en materia nuclear. “Al día de hoy no hay ninguno operando en el mundo. La idea de China es lograr ventas internacionales”, agregó.

Pero para Argüello el principal desafío, además, es técnico. De acuerdo con esta física, “la decisión de cambiar de tecnología de uranio natural a enriquecido fue muy criticada por muchos en el ámbito nuclear argentino. Como también es cierto que se reduce la participación de la industria local. Y además habrá que ver cómo funciona el reactor en régimen operativo”.

Otro de los interrogantes es por qué el Gobierno argentino encararía la construcción de una nueva central nuclear cuando el país tiene un potencial superávit energético, que se espera lograr en los próximos tres años y supeditado a que Vaca Muerta, en la provincia de Neuquén, duplique su producción de gas. Esto es si las reglas de juego no varían para las empresas

que invirtieron millones para perforar el suelo de aquel estado. También genera incógnitas el motivo de aceptar la propuesta china teniendo en cuenta el margen hidroeléctrico sin explotar, que permitiría casi triplicar la actual producción.

Y aunque nadie lo diga abiertamente, uno de los temores que sobrevuela es la poca calidad de la industria de avanzada china en algunas áreas. ¿Será la nuclear una de ellas? Cuando el 11 de marzo de 2011 un terremoto sacudió las entrañas de Japón, una de sus plantas nucleares más emblemáticas fue la que sufrió el mayor impacto. El nombre de Fukushima recorrió el mundo y las alarmas por el desastre ambiental causado y el recuerdo de Chernobyl encendieron las alarmas. También las chinas.

Las autoridades del régimen de inmediato se cubrieron y señalaron que no sabían cómo responderían sus nacientes centrales ante una catástrofe natural como la sucedida en tierra japonesa. A partir de entonces, todo cambió... aunque no demasiado. Frenaron temporalmente toda obra en reactores y se tomaron un tiempo para continuar. Cuando lo hicieron, señalaron que adoptarían medidas de seguridad extra.

Sin embargo, de acuerdo con un detallado análisis hecho por el Grupo de Investigación de Política Energética de la University of Cambridge en 2018, China está lejos de cumplir con los mayores estándares, aunque de momento todavía no reporte incidentes de magnitud. Las conclusiones del paper son duras: “China debería mejorar sus normas de seguridad nuclear, así como la gestión y el monitoreo de seguridad, reformar los arreglos institucionales para reducir la fragmentación, mejorar la transparencia de la información y la confianza pública y la participación, fortalecer la cultura de seguridad, introducir regulaciones de seguridad basadas en procesos y promover la colaboración internacional para garantizar que la respuesta de China a la seguridad nuclear pueda implementarse completamente en la vida real”.

Pero para que esto suceda, los organismos deberían ser autónomos y no depender del PCC, algo impensado para el

régimen. “Dado que la cultura y la capacidad de seguridad nuclear no se pueden desarrollar de la noche a la mañana, un proceso basado en el enfoque regulatorio informado sobre el riesgo podría proporcionar la flexibilidad necesaria para la seguridad. El desastre de Fukushima ha demostrado que los accidentes o eventos extremos aún pueden ocurrir”, señala el informe de la casa de altos estudios inglesa.

“La seguridad nuclear en China requiere de una reforma institucional y un cambio cultural y político. China debería estandarizar el diseño y las normas de seguridad, fortalecer la gestión de la seguridad nuclear y la respuesta a emergencias mediante inspección independiente de terceros, reformar la estructura reguladora para reducir la fragmentación institucional, adoptar un enfoque preventivo hacia la regulación de seguridad nuclear, mejorar la transparencia de la información y la participación pública y fortalecer la cultura de seguridad y colaboración internacional”, concluye el documento.

Por último, el riesgo ambiental emerge como uno de los factores que más preocupan en un área tan poblada y con tanta biodiversidad. Andrés Nápoli, director Ejecutivo de la Fundación Ambiente y Recursos Naturales (FARN), indicó a Climate Diplomacy: “No consideramos la energía nuclear como energía renovable, tiene muchos riesgos con respecto al funcionamiento de los reactores y los residuos. No es adecuado para la Argentina. Una nueva planta nuclear requeriría estudios de riesgo e impacto, y no hemos visto ninguno”.

Texto indicado pela professora Gilda Gama: Macron veut lutter contre le « séparatisme islamiste », sans stigmatiser les musulmans

, lemonde.fr

"Bonjour!

Um posicionamento claro do presidente Emmanuel Macron perante a questão islâmica na França é aguardado desde o início de seu mandato. Nessa semana ele finalmente se pronunciou e ocupou as manchetes dos principais jornais. Com a leitura desse artigo você conhecerá o essencial sobre esse importante pronunciamento.

Bonne lecture!

Gilda. "

Macron veut lutter contre le « séparatisme islamiste », sans stigmatiser les musulmans

Le chef de l'Etat a notamment annoncé que la France allait cesser d'accueillir des « imams détachés » envoyés par d'autres pays.

Lutter contre le « séparatisme islamiste » mais sans pour autant stigmatiser les musulmans de France, voilà deux ambitions qu'Emmanuel Macron a portées lors de sa visite à Mulhouse mardi 18 février.

« Le séparatisme islamiste est incompatible avec la liberté et l'égalité, incompatible avec l'indivisibilité de la République et la nécessaire unité de la nation », a affirmé le chef de l'Etat dans un discours devant des responsables locaux et des habitants du quartier sensible de Bourtzwiller. Avant de préciser qu'il ne comptait pas « faire un plan contre l'islam » car cela « serait

une faute profonde ». « Il ne s'agit pas de stigmatiser quelque religion », a-t-il ajouté après avoir échangé avec des forces de l'ordre, des élus et des responsables d'associations du quartier.

« Dans la République, on ne peut pas accepter qu'on refuse de serrer la main à une femme parce qu'elle est femme ; dans la République, on ne peut pas accepter que quelqu'un refuse d'être soigné ou éduqué par quelqu'un ; dans la République, on ne peut pas accepter la déscolarisation ; dans la République, on ne peut pas exiger des certificats de virginité pour se marier ; dans la République, on ne doit jamais accepter que les lois de la religion puissent être supérieures aux lois de la République, c'est aussi simple que ça », a énuméré le président.

La France va cesser d'accueillir des « imams détachés »

Emmanuel Macron a notamment annoncé, parmi les mesures « fortes » préparées depuis plusieurs mois par le gouvernement, que la France allait cesser d'accueillir des « imams détachés » envoyés par d'autres pays, comme la Turquie et l'Algérie, sans préciser à quelle date cette mesure serait appliquée. Il a aussi affirmé qu'il serait également mis fin à l'accueil des quelque 300 « psalmodieurs » reçus chaque année durant la période du ramadan.

Pour satisfaire aux besoins en imams des mosquées, la France accueille des « imams détachés » provenant d'autres pays et financés par eux, dans le cadre d'accords bilatéraux. On en compte ainsi environ 300 permanents, dont 150 proviennent de la Turquie, 120 de l'Algérie et une trentaine du Maroc, les principaux pays d'origine des 4 à 5 millions de musulmans en France.

Ces religieux forment une petite partie du nombre d'imams en France - souvent bénévoles voire itinérants — officiant dans les 2 500 lieux de culte musulmans. Ce nombre n'est pas précisément connu mais est estimé à environ 1 800 imams.

Suppression du dispositif de cours facultatifs en langues étrangères ELCO

Le chef de l'Etat a fait savoir qu'il voulait transformer le dispositif de cours facultatifs en langues étrangères dispensés par des enseignants désignés par les gouvernements d'autres pays (ELCO) en enseignements internationaux en langues étrangères (EILE). Concrètement, le dispositif ELCO sera supprimé à la rentrée scolaire.

« Je ne suis pas à l'aise à l'idée d'avoir dans l'école de la République des femmes et des hommes qui peuvent enseigner sans que l'Education nationale ne puisse exercer le moindre contrôle. Et nous n'avons pas non plus le contrôle sur les programmes qu'ils enseignent », a-t-il ajouté. « On ne peut pas enseigner des choses qui ne sont manifestement pas compatibles ou avec les lois de la République ou avec l'Histoire telle que nous la voyons », selon lui.

Il a souligné qu'un accord avait été trouvé avec l'Algérie, la Croatie, l'Espagne, l'Italie, le Maroc, le Portugal, la Serbie, la Tunisie, mais pas avec la Turquie. Cela concernerait « 80 000 élèves » par an. « Je pense que la Turquie a aujourd'hui le choix de suivre ce chemin avec nous », a-t-il ajouté. « Mais je ne laisserai aucun pays étranger nourrir, sur le sol de la République, un séparatisme, qu'il soit religieux, politique ou identitaire ».

Brexit deal 'a different ball game' to Canada agreement, warns EU

the Guardian , Simon Murphy

Downing Street's hopes of a Canada-style trade deal with the EU have been dealt a further blow after a senior adviser to Brussels' chief negotiator, Michel Barnier, said the bloc's relationship with the North American country was a "different ball game".

As the two sides prepare for the start of negotiations next month, Stefaan De Rynck highlighted the UK's proximity to Brussels compared with Canada as a key factor, as well as warning that the trade talks could get "rather difficult".

The key aide also repeated what has now become an EU mantra that a tariff-free, quota-free deal is not possible without the UK committing to a "level playing field" on state subsidies, environmental protections and workers' rights.

This week the UK government's trade negotiator, David Frost, gave a speech in Brussels calling for a "Canada free trade agreement-type relationship". He said that "to think that we might accept EU supervision on so-called level playing field issues simply fails to see the point of what we are doing".

In response, Barnier said the UK could not have the same trade deal with the EU as Canada. He said the EU was ready to offer an "ambitious partnership" with the UK, but he said its "particular proximity" meant it would be different.

Timeline

After 47 years and 30 days it is all over. As the clock strikes 11pm on Friday, the UK is officially divorced from the EU and will begin trying to carve out a new global role as a sovereign nation. It was a union that got off to a tricky start and continued to be marked by the UK's sometimes conflicted

relationship with its neighbours. Here's a run-through the beginning, the middle and the end.

1961

Brefusal

The French president, Charles de Gaulle, vetoes Britain's entry to EEC, accusing the UK of a "deep-seated hostility" towards the European project.

1975

Brentry

Sir Edward Heath signs the accession treaty giving entry to the EEC in an official ceremony that was accompanied by a torch-lit rally, dickie-bowed officials and a procession of political leaders including former prime ministers Harold Macmillan and Alec Douglas-Home.

Lisa O'Carroll

1975

Referendum

The UK decides to stay in the common market after 67% voted "yes". Margaret Thatcher, later to be leader of the Conservative party, campaigned to remain.

1984

'Give us our money back'

Margaret Thatcher negotiated what became known as the UK rebate with other EU members after the "iron lady" marched into the former French royal palace at Fontainebleau to demand "our own money back" claiming for every £2

contributed we get only £1 back” despite being one of the “three poorer” members of the community.

It was a move that sowed the seeds of Tory Euroscepticism that was to later cause the Brexit schism in the party.

1988

The Bruges speech

Thatcher served notice on the EU community in a defining moment in EU politics in which she questioned the expansionist plans of Jacques Delors, who had remarked that 80% of all decisions on economic and social policy would be made by the European Community within 10 years with a European government in “embryo”. That was a bridge too far for Thatcher.

1989

The cold war ends

Collapse of Berlin wall and fall of communism in eastern Europe, which would later lead to expansion of EU.

1990

'No, no, no'

Divisions between the UK and the EU deepened with Thatcher telling the Commons in an infamous speech it was ‘no, no, no’ to what she saw as Delors’ continued power grab. Rupert Murdoch’s Sun newspaper ratchets up its opposition to Europe with a two-fingered “Up yours Delors” front page.

1992

Black Wednesday

A collapse in the pound forced prime minister John Major and the then chancellor Norman Lamont to pull the UK out of the Exchange Rate Mechanism.

1993

The single market

On 1 January, customs checks and duties were removed across the bloc. Thatcher hailed the vision of “a single market without barriers – visible or invisible – giving you direct and unhindered access to the purchasing power of over 300 million of the world’s wealthiest and most prosperous people”.

1993

Maastricht treaty

Tory rebels vote against the treaty that paved the way for the creation of the European Union. John Major won the vote the following day in a pyrrhic victory.

1997

Repairing the relationship

Tony Blair patches up the relationship. Signs up to social charter and workers' rights.

31 January 1999

Ukip

Nigel Farage elected an MEP and immediately goes on the offensive in Brussels. “Our interests are best served by not being a member of this club,” he said in his maiden speech. “The level playing field is about as level as the decks of the Titanic after it hit an iceberg.”

2003

The euro

Chancellor Gordon Brown decides the UK will not join the euro.

2004

EU enlarges to include eight countries of the former eastern bloc including Poland, Hungary and the Czech Republic.

2007

EU expands again, allowing Romania and Bulgaria into the club.

2015

Migrant crisis

Anti-immigration hysteria seems to take hold with references to “cockroaches” by Katie Hopkins in the Sun and tabloid headlines such as “How many more can we take?” and “Calais crisis: send in the dogs”.

February 2016

David Cameron returns with reform package.

June 2016

Brexit referendum

January 2020

Britain leaves the EU

Speaking at the London School of Economics on Wednesday, De Rynck said: “If you allow some irony, some in the UK now seem to want to become Canadians. But of course Dover is much closer to Calais than Ottawa is. The distance from Dover

to Calais, and – thanks to the foresight of Margaret Thatcher and others – the speed of connection to the tunnel, is of course much quicker than what we have with our Canadian friends. So proximity matters.”

He said what mattered was the interconnectedness between economies. “Zero-quota, zero-tariff access, this brings a lot of benefits to the UK economy and with benefits come obligations,” De Rynck said. “And it’s clear that for us it’s a different ball game that we are playing with the UK to the one that we agreed with Canada in terms of the level playing field.”

He also said a written statement by Boris Johnson on 3 February, in which the prime minister outlined Downing Street’s proposed approach to negotiations, was a “source of some concern”.

On the same day, Johnson gave a speech in Greenwich in which he claimed the UK would not need to accept EU rules in trade. He outlined the government’s red lines but gave none of the detail that would be expected from parties about to embark on trade talks.

EU member states are due to confirm the bloc’s negotiating objectives at a meeting next week but the UK’s plans to publish a mirror document next week have reportedly been cancelled.

De Rynck said: “We’re certainly also looking forward to the UK document that was promised for next week. We, of course, have read the speeches that were given over the last week, also by the prime minister in Greenwich on the 3rd of February and other statements ...

“One written document that came out on the 3rd of February was the ministerial statement, which I cannot hide from you is a source of some concern in terms of the level of ambition of the political declaration not perhaps being fully met always by what is said in that ministerial statement.

“Notably on issues such as level playing field, the court of justice and internal security cooperation, the overarching governance framework which we have agreed with the United Kingdom.”

Canada’s deal with the EU, which took seven years to negotiate, eliminates most import tariffs on goods but not all. It also increases quotas – the amount of a product that can be exported without extra charges – but does not remove them entirely.

The UK is in a transition period, after leaving the EU on 31 January, and has until the end of the year to hammer out a trade deal with Brussels. Until then, the country still follows the majority of EU rules.

Highlighting the potential difficulty of negotiating in a tight timeframe, De Rynck said: “We have a vast amount of work and we seem to have 10 months to do it, or less than 10 months if you calculate the time for ratification so that everybody can be ready on January 1, 2021 for the new regime.

“I would expect some of these negotiations to be rather difficult, perhaps more difficult than during withdrawal because the scope of issues is so much vaster.”